

ECONOMIA

ECONOMIA - Brasil

Ação preventiva contra reajuste

Novo governo debate com laboratórios política para evitar explosão de preço de remédios

Fotos de Gustavo Miranda

Martha Beck e Eliane Oliveira

BRASÍLIA

Os futuros ministros da Saúde, Humberto Costa, e da Fazenda, Antônio Palocci, já estão negociando com representantes de laboratórios uma nova política para o setor farmacêutico. O objetivo do futuro governo é evitar que os preços subam abusivamente depois do fim do controle de preços. Segundo técnicos da equipe de transição, um aumento dos medicamentos poderia não apenas pressionar a inflação no próximo ano, mas também dificultar o acesso da população a estes produtos.

O fim do controle de preços está previsto para terminar no próximo dia 31, mas a equipe de transição já negociou com o atual governo a publicação, ainda em 2002, de uma medida provisória (MP) que prorogue o controle de preços por três ou quatro meses.

Segundo técnicos da equipe de transição, a idéia é justamente dar tempo ao novo governo para a elaboração de uma política de regulação do mercado farmacêutico. Os preços dos medicamentos passaram a ser controlados no fim de 2000 sob a justificativa de que era preciso encontrar maneiras de regular o mercado e evitar aumentos abusivos, mas nenhuma política foi adotada nesse período.

Dólar pressionou preços do setor

• Humberto Costa já afirmou que uma medida que está em estudo pelo novo governo é aumentar as compras governamentais de remédios para o Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o ministro, o governo tem poder de barganha para negociar com os laboratórios a compra de medicamentos por preços mais baixos e pode aumentar o aces-



ANTÔNIO PALOCCI negocia política para o setor farmacêutico



HUMBERTO COSTA: "Uma saída seria aumentar as compras"

so da população mais carente a esses produtos.

— Uma saída seria aumentar as compras governamentais nas esferas federal, estadual e municipal — afirmou Costa.

Este ano, a disparada da cotação do dólar fez com que o governo cedesse às pressões da indústria farmacêutica, permitindo que os laboratórios fizessem um reajuste extraordinário de 8,63%. O reajuste máximo por medicamento poderia chegar a 9,92%, desde que o aumento médio de todos os produtos de um mesmo laboratório não ultrapassasse o percentual de 8,63%. O aumento, no entanto, só considerava as perdas dos laboratórios com o dólar, o que

significa que a defasagem nos preços das empresas é ainda maior.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já teve que notificar 60 laboratórios que fizeram aumentos nos preços de cerca de 800 medicamentos acima do valor autorizado pelo governo. Segundo a Anvisa, estas empresas reajustaram os preços de seus produtos entre 9,93% e 10%.

A Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febrapharma) alega que a indústria precisaria ter feito um aumento de 18,6% para corrigir a defasagem, uma vez que o dólar valia R\$ 2,36 no início do controle, em 2001, e, em setembro de 2002, tinha uma cotação média de R\$ 3,34.

O cálculo para o reajuste foi feito

com base na desvalorização do real de 31,7% observada entre janeiro e julho deste ano frente a uma cesta de moedas (dólar, franco suíço e euro). A cesta é um dos itens da fórmula paramétrica, utilizada para reajustar os preços dos medicamentos desde a criação da Câmara de Medicamentos (Camed), que acompanha o setor desde o início do controle.

De janeiro a outubro, a desvalorização do real foi de 70,5%, mas a Camed considerou apenas o período de janeiro a julho para conceder o reajuste porque, na avaliação dos técnicos, houve um forte movimento especulativo no câmbio no segundo semestre.